



ÓRGÃO DE UNIDADE DOS CAMPONESES DO NORTE

Nº 29 — 2ª SÉRIE AGOSTO DE 1973 PREÇO \$50

OS BALDIOS PARA O POVO!

Novos protestos se levantam contra o roubo dos baldios pelos Serviços Florestais. Os povos das freguesias de Cabreiros e de Albergaria das Cabras, do concelho de Arouca, arruinados e ameaçados na sua própria sobrevivência pela política governamental de apropriação dos baldios, resolveram seguir o exemplo dos camponeses de Talhadas, Préstimo, Campia e Paradela do Vouga, reivindicando a posse dos baldios que de direito lhes pertencem.

Dezenas de camponeses realizaram reuniões na freguesia de Cabreiros, tendo resolvido enviar ao Governo uma exposição exigindo a restituição dos baldios paroquiais roubados pelos Serviços Florestais. Essa exposição foi assinada por todos os habitantes da terra, cerca 400 pessoas.

Afirma-se no documento: — « Com a restituição do baldio ao povo poderão vir a ser criadas associações de tipo cooperativo para o seu melhor aproveitamento económico. »

As reivindicações dos camponeses de Cabreiros são as seguintes:

« a) — Que seja restituído ao povo desta freguesia o Baldio situado dentro dos seus limites que foi ocupado desde o início da década de 50 pelos Serviços Florestais;

« b) — Que seja construída rapidamente uma estrada de ligação desta freguesia à rede nacional de estradas. »

Ao iniciarem o seu movimento pela restituição dos baldios, as populações de Cabreiros e de Albergaria das Cabras devem ter

(continua na pág. 12)

OS CAMPONESES NA CAMPANHA « ELEITORAL »

Em Outubro vão realizar-se « eleições » para a Assembleia Nacional. O Governo, que tem a certeza que em eleições livres seria esmagadoramente derrotado, prepara uma nova burla eleitoral. Na verdade, sem liberdade de organização de partidos políticos, sem total liberdade de reunião, sem liberdade de imprensa e de todas as outras formas de expressão do pensamento, sem um recenseamento eleitoral que inscreva todos os cidadãos com direito a voto, sem a fiscalização de todos os actos eleitorais, sem a certeza de que ninguém é preso e perseguido por defender as suas ideias, as « eleições » serão sempre uma burla eleitoral. Ora, tal como no tempo de Salazar, o ditador fascista Marcelo Caetano continua a recusar ao povo todas estas liberdades e direitos.

Contudo, obrigados pela força da oposição democrática, os ditadores Salazar e Caetano viram-se e vêem-se forçados, durante o chamado período eleitoral, a abrandar um pouco o colete de forças que impõem ao povo. Em Outubro teremos mais um desses períodos. De novo aparecerão os futuros deputados fascistas a fazer promessas para tentar enganar os camponeses. Eles prometerão agora a abolição da taxa sobre o vinho, a livre produção de vinho americano, a entrega dos baldios aos camponeses, etc. e tal. Depois, passadas as « eleições », defenderão exactamente o contrário. O povo já os conhece. Sabe quem são os seus inimigos. Por isso, quando de novo vierem com falinhas mansas, de-

(continua na pág. 4)

OS BALDIOS PARA O POVO!

(continuação da pág. 1)

em conta (e utilizar) a rica experiência já adquirida pelos camponeses de Talhadas e do Préstimo na luta pela posse dos seus baldios. Os aspectos mais importantes dessa experiência são a necessidade de agirem bem unidos, de elegerem uma comissão formada pelos mais sérios e combativos que os representam, mas que seja sempre apoiada e, quando necessário, pressionada por todos. Estarem atentos às manobras do Governo e das autoridades fascistas que tudo farão para adiar, enquanto puderem, a solução do caso. Só depois de terem ocupado com decisão os baldios paroquiais é que os camponeses de Talhadas conseguiram obrigar os S.F. a entrar em negociações. Esta é uma lição que todas as populações que lutam pela posse dos seus baldios devem ter presente.

TALHADAS

Em Talhadas está a proceder-se à demarcação dos baldios entre os Serviços Flórestais e a Junta de freguesia depois das negociações que fizeram. A Junta ficará com os baldios paroquiais que os camponeses já tinham ocupado e mais 25% da restante zona que reivindicavam. Embora isto constitua já uma boa vitória, os camponeses consideram que os S.F. continuam a ocupar uma enorme área que deveria ser restituída ao povo.

PRÉSTIMO

A luta do povo do Préstimo pela posse dos baldios obrigou a Câmara de Águeda a decidir, em reunião ampla, que os baldios deveriam ser entregues pelos S.F. Porém, passados vários meses, nem os S.F. deram um passo para restituir os baldios ao povo, nem a Câmara deu qualquer satisfação ao povo da freguesia. Entretanto multiplicam-se as manobras, pressões e intrigas da Câmara, para que o caso não se resolva. Até que o povo, na reunião da Junta, pressionou o presidente obrigando-o a enviar um ofício aos S.F. para que estes demarquem o mais rapidamente possível os terrenos baldios que devem ficar sob administração da Junta.

Entrevista com um

Está a tornar-se cada vez mais desesperada a situação dos pequenos agricultores que se dedicaram à produção de frangos e ovos como tábuas de salvação para fugirem à ruína que os ameaça.

A recente notícia de que o Governo vai proceder a uma importação massiva de ovos de consumo provocou entre os avicultores a maior indignação. Vão sofrer com esta medida tremendos prejuízos, pois os intermediários e os grandes comerciantes irão buscar os ovos importados a Lisboa em vez de terem que procurá-los nos produtores. Estes ficarão com os ovos a apodrecer em casa ou terão que vendê-los ao desbarato.

«O Governo só nos prejudica!» — foram as palavras que nos disse um agricultor ao referir-se a essa desastrosa importação. E acentuou:

— Olhe que a minha opinião é a de todos os meus colegas aqui destas redondezas. A nossa situação é mais ou menos a mesma. O ano passado foi um ano desgraçado para nós. Logo no princípio do ano o preço desceu (no produtor) de 9\$00 a dúzia para 7\$00. E esteve assim até Setembro. Esperávamos pelo Natal, época em que os ovos sobem sempre mais alguma coisa. Mas bem esperei eu e os outros pela subida do Natal. Nada. O intermediário sempre a dizer: — Olhe que ainda não subiram, olhe que só subiram um tostão, ou nem isso. E nós a esperar. Até que por fim nos dizem: — Não pagamos

ALGUNS NÚMEROS SOBRE

Segundo dados oficiais, em 1970 as Casas do Povo tiveram uma receita de 161 375 contos e 149 263 de despesas. Sobejaram, portanto, mais de 12 000 contos (tal como nesse ano, as Casas do Povo dão sempre «lucro» ao Estado). Perguntamos: o que faz o Governo a esse dinheiro, arrancado aos camponeses e assalariados rurais? Entre as despesas mais elevadas contam-se sempre as de «Administração» que em 1970 foram de 44 504 contos: cerca de um terço do total das despesas foi, pois, gasto com os «tachos» para funcionários e outras burocracias enquanto com «acção educativa e recreativa» gastaram



« O GOVERNO SÓ NOS PREJUDICA! »

mais, ou pega ou larga. O governo pôs lei de não subirem os ovos. Se não os quiser entregar, pode enterrá-los que ninguém lhes compra por mais.

Que havíamos nós de fazer? Vender, era esse o remédio. O Governo fez a lei para a gente ter prejuízo. O Governo esmaga-nos com taxas e impostos e ainda por cima nos obriga a ter prejuízos.

No ano passado perdemos dinheiro, tanto com os frangos como com os ovos. Este ano, que pensávamos conseguir preços razoáveis nos ovos, vêm essas malditas importações que acabam por pôr-nos a corda ao pescoço.

— Os custos de produção têm subido muito?

— Nestes últimos anos tudo tem subido. As rações e os produtos veterinários tiveram um aumento enorme. Mas a esses grandes industriais não pôs o Governo um freio para não subirem os preços. Subiram os transportes, a electricidade e as rendas das terras. Entretanto os preços dos ovos têm-se mantido mais ou menos na mesma há uns dez anos para cá.

Olhe, gastei muito dinheiro no aviário, e grande parte pedido emprestado e a bom juízo. É verdade que tratamos do aviário por nossas mãos, sem gente de fora, e que o esterco nos dá muito acrescento no milho e na erva, mas se a gente chega ao fim do ano e fica só com

os « ovos moles » não vale a pena o trabalho. Então mais vale fazer como os outros, pegar na trouxa e ir para França.

Sabe que eu tenho uma rapariga a estudar. Não quero que ela fique nesta vida negra de trabalhar, trabalhar, para nada ter. Estou sempre à espera que os ovos dêem dinheiro que chegue para lhe comprar os livros, algum vestidito e a pensão, que a vila fica longe. Mas cada vez ando mais encenado. Pode pôr lá no jornal que nós assim não podemos mais. O que a gente compra é tudo caro e sobe de dia para dia. O que a gente tem não dá dinheiro nenhum. E está sempre o Governo em cima de nós como cães em cima dum coelho. Mal nos vê a querer endireitar a vida vem logo sobre nós, com novas leis para nos sugar o sangue. Se nos uníssemos todos, o Governo deixava de brincar connosco. O diabo é que cada um puxa para o seu lado e perdemos a força.

— Para já, que acha que poderia ser feito em relação às anunciadas importações de ovos?

— Tem-se falado nisso por cá e há quem pense em mandar telegramas a protestar ao Secretário de Estado do Comércio. Eu achava melhor que fizéssemos isso todos juntos, em vez de escrever cada um por si.

E AS CASAS DO POVO

dez vezes menos: 4925 contos. As despesas com « serviços clínicos, de enfermagem e outros » foram de 41 446 contos, o que dá 87\$80 por ano para cada sócio. Por desemprego, nem um só subsídio foi concedido aos sócios no ano de 1970.

Estes números, bastante recentes, mostram que, se até aqui as Casas do Povo em nada serviram os que trabalham nos campos, também não será a criação a « martelo » de novas Casas do Povo que poderá modificar as coisas. Novos sacrifícios financeiros são pedidos aos camponeses para se criarem mais Casas do Povo, mas manter-se-á a ineficiência, a pesada burocracia, a falta de verbas oficiais e a ausência de medidas capazes de levar realmente às populações rurais o auxílio e assistência de que tanto necessitam.

ABOLIÇÃO DA TAXA DO VINHO!

Lavradores de várias regiões nortenhas têm estado a receber avisos para o pagamento da taxa de \$20 por litro de vinho.

Trata-se de uma nova investida da Junta Nacional do Vinho que volta à carga para repôr essa taxa, depois de ter recuado em muitas regiões onde os Grémios deixaram de cobrá-la em virtude da luta firme dos vinicultores.

Que nem um só vinicultor pague essa taxa, a exemplo do que já fizeram, com êxito, tantos produtores de várias regiões!

Que todos unidos exijam a abolição da taxa do vinho!

O POVO DE VALE DO VOUGA RECLAMA INDEMNIZAÇÕES

Foi em Agosto, exactamente há um ano, que um terrível incêndio devorou milhares de hectares de floresta e campos cultivados, casas e animais domésticos na região do Vale do Vouga. Muitos milhares de contos de bens foram destruídos e centenas e centenas de camponeses perderam no fogo tudo o que tinham. Uma vastíssima região ficou carbonizada, sem sinais de vida. Desde logo, comprovada a responsabilidade da C.P. no incêndio, o desleixo dos S. Florestais e a ausência de meios para combater tais incêndios destes serviços e do Governo, as populações começaram a reclamar as imediatas e justas indemnizações a que tinham direito. Até hoje, essas indemnizações não foram concedidas. Para tentar calar as bocas e adormecer a combatividade dos camponeses lesados, o Governo concedeu uns pequenos subsídios a alguns, à laia de esmola, através do Instituto da Família e Assistência Social. Nem chegaram para as primeiras necessidades dos poucos que os receberam.

Recentemente, no mês de Julho, em toda a vasta zona vitimada pelo incêndio começou a circular um abaixo-assinado pedindo ao Governo que sejam pagas as devidas indemnizações, já que passado um ano nada ainda foi resolvido. A exposição tem recolhido muitas centenas de assinaturas nas freguesias de Cadaveira, A-dos-Ferreiros, Valongo do Vouga, Talhadas, Préstimo e outras.

Um problema que o abaixo-assinado não foca, mas que é também profundamente sentido em toda a região é que os camponeses têm sido obrigados a pagar contribuições e impostos por terras que não lhes dão agora o mínimo rendimento.

Quer para reclamar a anulação das contribuições e impostos, quer para a avaliação dos danos sofridos, é indispensável que as populações do Vale do Vouga escolham representantes seus que contactem entre si e formem uma comissão para defender os seus pontos de vista e os seus interesses junto das autoridades e do Governo.

OS CAMPONESES NA CAMPANHA «ELEITORAL»

(continuação da pág. 1)

vem ser por todo o lado desmascarados e corridos. Mas há que aproveitar o abrandamento do colete de forças para o alargar tanto quanto possível em benefício da luta pelas nossas reivindicações e direitos. Desde já devemos aproveitar esta aberta para fazermos amplas reuniões onde se discutam os nossos problemas e a forma de lutarmos pela sua solução, elegendo sempre que possível e aconselhável comissões de agricultores ou comissões locais que se responsabilizem pelo prosseguimento dessas lutas até alcançarmos a vitória.

Por outro lado, devemos participar no amplo Movimento Democrático que dia a dia se reforça e se estende a todo o país. Devemos participar nas Comissões Democráticas Distritais e Concelhias e criarmos Comissões de Freguesia e de lugar. Essa é a melhor forma de fazermos com que o Movimento Democrático exprima as nossas reivindicações e defenda os nossos direitos.

A exigência do fim das guerras coloniais e

a exigência das liberdades políticas, duas das reivindicações fundamentais do Movimento Democrático, não podem deixar de nos interessar profundamente.

É o povo, somos nós, quem paga as guerras, e são os nossos filhos que lá vão morrer. E para quê? Apenas para que um punhado de colonialistas portugueses e estrangeiros explorem os operários e camponeses africanos e roubem as riquezas das suas terras.

Quanto às liberdades políticas, sendo os operários e camponeses as classes mais exploradas e oprimidas do nosso país, são naturalmente aquelas que mais interessadas estão na conquista das liberdades que lhes facilitem a sua luta contra a exploração e a opressão.

Apoiando o Movimento Democrático, devemos, pois, durante a grande campanha política de massas que se avizinha organizar pequenas e grandes reuniões, comícios, concentrações, manifestações, etc., para lutarmos pelas nossas reivindicações e por estas duas reivindicações gerais de todo o Povo português.